

O povo em primeiro lugar!

DECRETO Nº 130/2021, DE 06 DE ABRIL DE 2021.

C E R T I D A O

Certifico que nesta data publiquei no
Placar da Prefeitura Municipal o(a)

DEC. Nº 130/2021

Santa Isabel - GO 07 de 04 de 2021

Secretário de Administração

"DISPÕE SOBRE AS NOVAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS, OCORRÊNCIA DE CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL, EM RAZÃO DA DISSEMINAÇÃO DO COVID-19 (CORONAVÍRUS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A **Prefeita Municipal de Santa Isabel - GO**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República, Constituição do Estado de Goiás, Lei Orgânica do Município de Santa Isabel e demais diplomas legais aplicáveis ao caso.

CONSIDERANDO recente decisão do Supremo Tribunal Federal que garantiu autonomia a prefeitos e governadores determinarem medidas para o enfrentamento ao coronavírus;

CONSIDERANDO que estão sendo adotadas no município de Santa Isabel, todas as medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias, a fim de equilibrar a curva de contágio do SARS-COVID2 no município,

CONSIDERANDO a absoluta necessidade de continuidade das medidas preventivas a fim de minimizar os efeitos da pandemia Covid-19, com o objetivo de proteger de forma adequada a saúde e a vida da população Isabelense.

CONSIDERANDO que a administração pública municipal está adotando avaliação constante acerca de possíveis atividades passíveis de terem seus serviços restringidos ou flexibilizados com funcionamento regulamentado no município;

CONSIDERANDO a necessidade de manter constante aprimoramento nas medidas adotadas relativamente ao exercício das atividades comerciais no município, frente à Pandemia causada pelo Coronavírus-Covid-19, que atualmente se encontram em funcionamento apenas no que concerne aos serviços essenciais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reiterada, **até 31 de julho de 2021**, a situação de emergência e calamidade em todo o âmbito do Município de Santa Isabel, Estado de Goiás, para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19 (coronavírus).

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, por intermédio da Coordenação Municipal de Epidemiologia, em consonância com a Secretaria de Estado de Saúde irá, a cada 08 (oito) dias, promover uma efetiva reavaliação das situações em estado de restrição, podendo rever cada caso para

O povo em primeiro lugar!

uma possível flexibilização, de acordo com as normas Técnicas de Segurança de Saúde.

Art. 2º - O presente decreto atende o Decreto Estadual 9.633, de 13 de março de 2020, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre doenças infecciosas virais, bem como, de forma mais específica, as recomendações constantes da Nota Técnica 01/2021 da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19 (coronavírus).

Art. 3º - Fica flexibilizado, com restrições sanitárias o funcionamento das atividades consideradas essenciais, as quais serão averiguadas constantemente, sendo elas:

I - Postos de combustíveis, distribuidores de bebidas sendo vedado o consumo de bebidas alcoólicas no local e revendedores de gás;

II - Supermercados e congêneres (mercearias, casas de carnes, frutarias, panificadoras, feiras alimentícias, dentre outros) conveniências e demais deverão funcionar somente até às 23hs00mn, devendo obrigatoriamente cumprir com as seguintes regras:

a) promover a cada 07 (sete) dias a sanitização, certificada pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal;

b) controlar o funcionamento, com número reduzido de clientes no interior do estabelecimento, permitindo-se a ocupação de no máximo 50% (cinquenta por cento) de sua área, resguardado, ainda, o distanciamento mínimo de 02 (dois) metros entre pessoas;

c) disponibilizar funcionários para aferição de temperatura e higienização das mãos dos clientes, como condição para entrada no respectivo estabelecimento;

III - Farmácias e drogarias;

IV - Estabelecimentos com atividades de serviços de fisioterapia em saúde e serviços de urgência e emergência em saúde;

V - Serviços e Mototáxi, devendo seguir, obrigatoriamente as determinações quanto aos deveres de proteção a Covid-19;

VI - Serviços Funerários, devendo seguir, obrigatoriamente as determinações quanto aos deveres de proteção a Covid-19;

VII - Instituições religiosas, devendo ainda atender obrigatoriamente às seguintes regras:

- a) organizarem-se de modo a manter os fieis em distanciamento seguro (mínimo de 02 metros entre as pessoas), com intervalo de assento em bancos ou cadeiras, considerando o uso dos mesmos em fileiras distintas, com o uso obrigatório de máscaras de proteção facial, controle de aferição de temperatura corporal e higienização das mãos dos fieis no momento em que ingressarem no respectivo templo;
- b) dispor de materiais e manutenção total e permanente de higienização do ambiente;
- c) Impedir o compartilhamento de microfones e instrumentos musicais entre celebrantes e membros da sociedade;
- d) Para a realização de cerimônias religiosas, em especial casamentos e batismos, as instituições deverão cuidar para que, nos intervalos entre as cerimônias, não haja aglomeração de pessoas dentro do templo e nas respectivas imediações; respeitar o espaçamento mínimo de 04 (quatro) metros quadrados por pessoa/casal dentro do local onde será realizada a cerimônia; permitir que apenas pessoas do mesmo núcleo familiar se assentem juntas no mesmo banco.

VIII - Veículos de Comunicação;

IV - Segurança Privada;

X - Hotéis e correlatos, com a redução em 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, obedecendo a todos os cuidados de distanciamento, uso obrigatório de máscara, álcool em gel e medidor de temperatura;

XI - Salões de beleza e barbearias, com 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade de atendimento;

XII - Atividades industriais, desde que providenciem a higienização dos ambientes de cada estabelecimento, promovendo o distanciamento entre seus funcionários e exigindo a utilização de máscaras faciais e disponibilizando livremente materiais de higiene (álcool em gel e líquido 70%) entre outras medidas de segurança sanitárias;

XIII - Academias com o número de alunos que correspondam a 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, assim considerada a efetiva utilização de seus aparelhos fixos, disponibilizando materiais de higiene, álcool em gel em 70%, mantendo total higienização dos aparelhos, com turnos de 60 (sessenta minutos), para atendimento ao aluno, máximo de 50 (cinquenta) minutos para treino e 10

O povo em primeiro lugar!

(dez) minutos para higienização do ambiente, devendo ainda obedecer as seguintes determinações:

- a) evitar o compartilhamento de utensílios, devendo cada aluno levar seus objetos de uso pessoal, como garrafa d'água, toalha, lenço e outros;
- b) utilizar, o profissional de educação física, máscara de proteção, luvas de látex durante as sessões de aula/treinamento, para manuseio de materiais e equipamentos;
- c) evitar treinos em dupla, com ou sem contato físico direto, bem como o compartilhamento de materiais e equipamentos;
- d) agendar previamente as aulas, de modo a controlar o fluxo de alunos/usuários, a fim de evitar aglomerações;
- e) organizar os aparelhos de forma a garantir o cumprimento das medidas de distanciamento mínimo de 02 (dois) metros entre os usuários;
- f) os estabelecimentos e profissionais de educação física devem adaptar as aulas, para que não se tenha contato físico entre os alunos e, também, entre aluno e professor;
- g) impedir o compartilhamento de material durante a aula, devendo ser realizada sua higienização ao final da mesma para sua reutilização;
- h) impedir a aglomeração de alunos nos locais de realização das atividades físicas, devendo os profissionais de Educação Física, comprovar capacitação no combate ao novo coronavírus através do curso "Orientações gerais ao paciente com COVID-19 na Atenção Primária à Saúde", lançado pelo Ministério da Saúde com carga horária de 15 horas.

XIV – Restaurantes, bares, lanchonetes e similares os quais poderão prestar atendimento ao público, com redução para 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade instalada, deverão funcionar somente até às 23hs00mn, devendo ainda atender às seguintes medidas obrigatórias:

- a - diminuir o número de mesas no estabelecimento de forma a aumentar a separação entre as mesas, buscando guardar a distância mínima recomendada de 2m (dois metros) lineares entre os consumidores;

b - higienizar, após cada uso, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, as superfícies de toque (cadeiras, maçanetas, cardápios, mesas e bancadas), preferencialmente com álcool em gel em 70% (setenta por cento);

c - higienizar, preferencialmente após cada utilização ou, no mínimo, a cada a cada 03 (três) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos e paredes, preferencialmente com água sanitária;

d - higienizar, a cada 01 (uma) hora, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades os sanitários, preferencialmente com água sanitária;

e- manter à disposição, na entrada no estabelecimento e em lugar estratégico, álcool em gel em 70% (setenta por cento), para utilização dos clientes e funcionários do local;

f - dispor de máscara, luva e touca de proteção nos serviços de preparo dos alimentos, assim como também no atendimento às mesas;

g - manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;

h - manter disponível kit completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e funcionários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel em 70% (setenta por cento) e toalhas de papel não reciclado;

i - manter os talheres higienizados, devidamente individualizados e embalados de forma a evitar a contaminação cruzada;

XV - Obras da construção civil de infraestrutura do poder público, de interesse social, bem assim as relacionadas à energia elétrica e saneamento básico e as hospitalares, além dos estabelecimentos comerciais e industriais que lhes forneçam os respectivos insumos;

XVI - Fica proibida a comercialização de bebidas alcoólicas após as 23hs00mn por quaisquer estabelecimentos previstos neste decreto.

XVII - Estabelecimentos comerciais do varejo (lojas de tecidos, calçados, brinquedos, papelarias, vestuário, eletroeletrônicos, acessórios, autopeças, ferragens, congêneres e entre outros), deverão funcionar somente até às 23hs00mn, seguindo obrigatoriamente as seguintes regras:

g) organizarem-se de modo a manter apenas 50% (cinquenta por cento) apenas da sua capacidade funcional e de atendimento ao público e ainda em distanciamento seguro (mínimo de 02 metros entre as pessoas), com o uso obrigatório de máscaras de proteção facial, controle de aferição de temperatura corporal e higienização das mãos no ingresso e na saída dos estabelecimentos;

h) Instalar tapetes sanitários na entrada dispor de materiais e manutenção total e permanente de higienização do ambiente;

XVIII - Profissionais autônomos, como encanadores, eletricitas, pedreiros, pintores e similares.

Art. 4º - Fica reiterada a paralisação das aulas presenciais de qualquer natureza na rede municipal e particular de ensino, no âmbito do município de Santa Isabel, podendo, todavia, realizar suas atividades, administrativas, pedagógicas ou regentes por instrumentos on-line.

Parágrafo único – Fica autorizado o transporte de alunos para outros municípios, em razão de que alguns cursos estão retornando as aulas presenciais, desde que observados todos os deveres de cuidado para evitar contaminação pela Covid-19.

Art. 5º - Fica reiterada a suspensão do atendimento presencial nas repartições públicas municipais de Santa Isabel, devendo ser estabelecidos, para tanto, meios de atendimento através de mídias digitais, telefone, e-mail, sistemas de informação e outros disponíveis para viabilizar o acesso às informações e serviços à população, com disponibilização dos serviços de seguranças, sendo que os servidores do Município deverão exercer atividades internamente, em horário normal de atendimento.

§ 1º - Na Administração Pública Municipal de Santa Isabel, além das formas de atendimento especificadas no caput, deverá ser viabilizado o atendimento escalonado, mediante agendamento.

§ 2º - As sessões presenciais em processos licitatórios deverão ser realizadas obedecendo a todos os cuidados de prevenção a Covid-19, vedada a circulação de pessoas estranhas ao serviço interno da Prefeitura Municipal de Santa Isabel, sob pena de desclassificação do concorrente licitante.

Art. 6º - Órgãos e repartições públicas municipais, estaduais e federais, no âmbito do município de Santa Isabel, deverão obrigatoriamente promover a cada 07 (sete) dias, sanitização, certificada pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal.

O povo em primeiro lugar!

Art. 7º - Os prazos de restrição e flexibilização neste Decreto serão reavaliados periodicamente, sendo considerada a situação epidemiológica no município de Santa Isabel.

Art. 8º - Fica reiterada para a feira coberta, a proibição da disponibilização de mesas e cadeiras aos seus frequentadores, continuando a participação de feirantes apenas dos Municípios de Santa Isabel, visando assim controle epidemiológico.

Art. 9º - As infrações sanitárias, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal, serão punidas alternativa ou cumulativamente com as seguintes penalidades:

Parágrafo Primeiro – advertência (fiscal de vigilância sanitária); multa nos termos da Lei nº 16.140/07; interdição do estabelecimento; cancelamento do alvará e envio do procedimento à Delegacia de Polícia para apuração do suposto crime contra medida sanitária nacional.

Parágrafo Segundo - Aplica-se em todos os casos de descumprimento as medidas constantes deste Decreto as sanções do artigo 268 e 330 ambos do Código Penal, por descumprimento da determinação do poder público, os Fiscais da Vigilância Sanitária deverão encaminhar a ocorrência para registro junto a Delegacia de Polícia local para responsabilidades conforme previstas no Código Penal.

Art. 10 - O controle técnico será realizado pela Secretaria de Saúde, Vigilância Sanitária e Departamento de Epidemiologia/Endemias do Município de Santa Isabel.

Art. 11 - O não cumprimento das normas previstas nesse Decreto poderá ensejar, conforme legislação vigente, a imediata interdição do estabelecimento.

Art. 12 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cúmpra-se.

Gabinete da Prefeita do Município de Santa Isabel - GO, aos 06 de abril de 2021.



Cássia Silvia Caixeta Dourado
Prefeita Municipal